

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



A Convergência entre Inteligência Artificial e LGPD: Análise dos Desafios e Paradigmas na Proteção de Dados Pessoais

Autor(es)

Administrador Kroton
Nayara De Paula Corgozinho
Pollyanna Thays Zanetti
Felipe De Almeida Campos
Marcos Paulo Andrade Bianchini
Claudia Chaiene Viana De Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um paradigma tecnológico transformador, com aplicações que permeiam diversos setores da sociedade. Contudo, a capacidade da IA de processar e analisar vastos conjuntos de dados pessoais suscita preocupações substanciais quanto à privacidade e à proteção de dados. Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil estabelece um marco regulatório crucial, delineando os princípios e as diretrizes para o tratamento de dados pessoais. Este estudo propõe uma análise aprofundada da interação entre a IA e a LGPD, explorando os desafios e os paradigmas que emergem dessa convergência. A pesquisa busca examinar como as disposições da LGPD impactam o desenvolvimento e a implementação de sistemas de IA, considerando as implicações éticas, jurídicas e tecnológicas envolvidas.

Objetivo

Investigar a influência da LGPD no desenvolvimento e aplicação de sistemas de Inteligência Artificial, com foco na análise dos desafios e paradigmas relacionados à proteção de dados pessoais.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica. A análise documental abrange a legislação pertinente, incluindo a LGPD, bem como documentos normativos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A revisão bibliográfica engloba artigos científicos, livros, relatórios técnicos e estudos de caso que abordam a interseção entre IA e proteção de dados. A pesquisa também considera as diretrizes e os princípios éticos para o desenvolvimento de IA responsável.

Resultados e Discussão

A LGPD impõe requisitos rigorosos para o tratamento de dados pessoais, incluindo a necessidade de consentimento informado, a garantia de direitos dos titulares dos dados e a implementação de medidas de

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



segurança adequadas. No contexto da IA, esses requisitos apresentam desafios significativos, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de algoritmos que utilizam grandes volumes de dados. A pesquisa destaca a importância da "privacidade por design" e da "privacidade por padrão" na concepção de sistemas de IA, bem como a necessidade de transparéncia e explicabilidade dos algoritmos. A discussão aborda as implicações da LGPD para áreas como reconhecimento facial, análise preditiva e tomada de decisões automatizadas, considerando os riscos de discriminação e viés algorítmico.

Conclusão

A convergência entre IA e LGPD exige uma abordagem multidisciplinar, que combine conhecimentos jurídicos, éticos e tecnológicos. A conformidade com a LGPD não apenas garante a proteção de dados pessoais, mas também promove a confiança dos usuários e a inovação responsável. A pesquisa conclui que a conformidade com a LGPD em sistemas de IA depende da adoção de boas práticas de governança de dados, segurança robusta e princípios éticos.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República,.

MARTINS, Thiago. A Conexão entre LGPD e Inteligência Artificial: Como Funcionam Juntas?. Disponível em: <https://accerte.com.br/a-conexao-entre-lgpd-e-inteligencia-artificial-como-funcionam-juntas/>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

BATALHA, Leonardo. A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-protecao-de-dados-pessoais-no-brasil-desafios-e-perspectivas/>. Publicado em: 28 de novembro de 2024.

GIRARDI, Rosario. Inteligência artificial aplicada ao direito. 1ª edição. Publicado em 09 jun. 2020. E-book formato Kindle.